Bem-vindo à alta performance!

Da Silva & Alves
Consultoria em Gestão Governamental

34 anos conectando profissionais de excelência e transformando ideias em grandes realizações.

FORO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA DIGITAL

Centro de Eventos do Hotel CAPILLA DEL MAR

Cartagena das Índias – Colômbia / 21 a 24 de julho de 2025

Uma necessidade para presidentes e membros de tribunais; e para dirigentes de instituições públicas.

Diante da crescente incidência de ataques cibernéticos que têm atingido diversas Cortes de Justiça no país, é NECESSÁRIA a presença no Foro Internacional de Segurança Digital — um encontro restrito a autoridades do mais alto nível, voltado à análise dos riscos digitais que cercam as instituições públicas e às estratégias mais eficazes de prevenção e resposta frente às ameaças.

Por que Cartagena/Colômbia?

A Colômbia está localizada em uma encruzilhada entre a América do Norte e a América do Sul, o Mar do Caribe e o Oceano Pacífico. Esse layout geográfico, juntamente com a economia florescente, tornou-a cada vez mais atraente para o crime organizado. A Interpol e a polícia científica do país precisaram trabalhar com recursos de ponta para conhecer a ação de quadrilhas que atuam no mundo das drogas, do tráfico de pessoas e da lavagem de dinheiro. Para tanto, foi preciso avançar em pesquisas e ferramentas tecnológicas para compreender como os crimes cibernéticos estão interligados e a forma de atuação.

O papel do National Central Bureau (NCB) da INTERPOL na Colômbia é, portanto, crucial para manter a segurança regional, o que envolve a proteção de interesses de todos os países das Américas.

Relevância profissional e institucional

Rapidamente quadrilhas empregam métodos mais avançados nas práticas delituosas, sendo que a cibernética é o principal meio para o alcance dos objetivos do crime organizado.

As mais importantes estruturas governamentais e do Judiciário, no Brasil e em vários países, sofrem diariamente ataques hackers e invasão de sistemas. É imensurável o custo dessas violações, tanto na repercussão financeira quanto no reflexo da continuidade dos serviços.

Os profissionais do direito e as instituições públicas, se não conseguirem estar à frente, pelo menos precisam acompanhar aquilo que acontece com o uso desses sistemas e mecanismos de automação digital; mapear as fórmulas de enfrentamento; projetar as cautelas para a proteção de informações oficiais e dos dados de terceiros em nível de conhecimento científico.

Público-alvo

- Presidentes e membros de Tribunais judiciais.
- Presidentes e conselheiros de Tribunais de Contas.
- Membros do Ministério Público.
- Autoridades de Segurança Pública e dirigentes governamentais, incluindo empresas e bancos públicos.
- Professores de Direito.
- Advogados.

Relação custo-benefício

A importância deste evento está no diferencial de conhecer as técnicas de investigação de crimes digitais, para avaliar a qualidade dos inquéritos e respectivas provas e para a preservação da integridade das instituições públicas. A isso se acresce a percepção dos riscos quanto aos dados pessoais, que servem de janelas para invasão no ambiente profissional.

Um evento essenciamente técnico, de aproveitamento real para as instituições.

A invasão de hackers no Judiciário e nos órgãos e entidades públicas tem se tornado cada vez mais frequente. São ações de quadrilhas que atuam principalmente a partir do Leste Europeu, Irã, China, Coréia do Norte e Rússia. Esses grupos evitam atacar alvos locais e preferem locais distantes, principalmente países com proteções cibernéticas fracas ou que disponham de um grande volume de informações sensíveis.

A vulnerabilidade na proteção de dados pessoais por agentes públicos é outro fator de escolha. O uso de redes sociais e o emprego de videoconferências, por exemplo, são janelas de entrada nas invasões cibernéticas; por ali, as quadrilhas sobem de nível, partindo da quebra de uma senha pessoal até chegar ao núcleo do sistema informatizado.

Metodologia do Foro

- Exposições por especialistas, com comentários e questionamentos de participantes.
- Possibilidade de representantes de instituições brasileiras narrarem experiências sobre questões em pauta, coparticipando da respectiva mesa. (Convém informar imediatamente à organização.)
- Evento destinado a grupo reduzido de até 100 participantes, de forma a viabilizar a interação entre juristas, autoridades e profissionais da polícia científica.
- Tradução simultânea.

Cooperação científica

Pelo fato de a Colômbia ser a conexão, inclusive para o crime, entre a América do Sul, a América Central e a América do Norte, o país desenvolveu tecnologias para rastreamento das quadrilhas que agem no submundo do cibercrime. No país estão instalados grupos de conhecimento científico avançado, com interesse na cooperação internacional. O enfrentamento ao crime organizado e às invasões cibernéticas é meta de interesse global.

Presidência do evento:

Professor Léo da Silva Alves

Jurista, autor de 58 livros. Presidiu dezenas de eventos jurídicos internacionais. Foi diretor científico do XXI Congresso Mundial de Criminologia, organizado pela *Societé Internationale de Criminologie*, órgão consultivo da ONU e do Conselho da Europa.

Entre as condecorações institucionais, destacam-se a da *International Police Association*, maior associação policial do mundo, com sede em Londres; e a do Instituto Rui Barboa, que congrega em estudos os 33 Tribunais de Contas do Brasil.

É conferencista com atuação nas Américas, Europa e África.

PROGRAMA EM CARTAGENA

INSCRIÇÕES